



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 255405-4
SUSCITANTE: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU
SUSCITADO: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE REMOÇÃO DE CURADOR - AUTONOMIA EM RELAÇÃO À AÇÃO DE INTERDIÇÃO (ARTS. 1.194/1.196 DO CPC) - FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU.

DECISÃO: "Por unanimidade de votos, conheceu-se do conflito de competência para declarar competente o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Igarassu, nos termos do voto do Relator".

DATA DO JULGAMENTO: 20 de março de 2013.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Conflito de Competência nº 255405-4, em que figura como suscitante o EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU e, como suscitado, o EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, POR UNANIMIDADE, declarar competente o Juízo da 1ª Vara Cível da Capital, nos termos do voto do Relator.

Recife, 22 de março de 2013

Adalberto de Oliveira Melo

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



46

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 255405-4 - IGARASSU/PE

SUSCITANTE: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE IGARASSU

SUSCITADO: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE IGARASSU

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Conflito Negativo de Competência, suscitado pela EXMA. SRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU (Dra. Maria do Rosário Monteiro Pimentel) em face do EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGARASSU (Dr. Marco Aurélio Mendonça de Araújo), nos autos da Ação de Remoção de Curador C/C antecipação de tutela, (Processo 01010-55.2011.8.17.0710), distribuída por dependência aos autos 99-77.2010.8.17.0710.

A Exma. Dra. Juíza Suscitante aduziu, em suas razões de fs. 29/30, entender que comporta a distribuição por dependência, pois "a competência se define pela acessoriedade, tratada no Diploma processual Civil em seu art. 108, segundo o qual "a ação acessória será proposta perante o juiz da Ação principal".

Afirma aquele Juízo, ainda, que a presente ação de remoção de curador é decorrente do processo principal, pois sua propositura decorreu de uma decisão proferida naquele feito.

As razões do suscitado encontram-se às fs. 21, nas quais arguiu que o feito não comporta distribuição por dependência, nos

47/
exatos termos da Súmula 235 do STJ, tendo em vista que o processo que trata da curatela já foi julgado.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fs. 41/43, opinou no sentido de que a competência é do juízo suscitante da 1ª Vara Cível da Comarca de Igarassu.

É o relatório.

Recife, 20 de 11 de 2013.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
Relator

Sms.



48/

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 255405-4 - IGARASSU/PE

SUSCITANTE: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE IGARASSU
SUSCITADO: EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE IGARASSU
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

As razões do Suscitante estão respaldadas na Súmula 235 do STJ, cujo teor transcrevo:

***"Conexão – Reunião de Processos – Coisa Julgada. A conexão não determina a reunião de processos, se um deles já foi julgado. 01.02/2000 – DJ 10/02/2000".
Ressaltei***

Ocorre que a ação para remoção de curador é autônoma, pois, de conformidade com os artigos 1.194/1.946 do CPC, seu procedimento independe da ação de interdição, tanto é assim que ali está elencado todo o estágio necessário ao julgamento do feito e, para que tal ocorra, determina a citação das partes, contestação, enfim, todos os atos instrutórios previstos na legislação vigente.

As ações são distintas, pois numa se prova a incapacidade do interditando e, na outra, a troca do curador. Ou seja, possuem causa de pedir e pedido diferentes.

Caso não tivesse havido julgamento da ação de Interdição, então seria o caso da presente Ação de remoção de curador ser distribuída por dependência.

Ilustrando, transcrevo ementa do STJ:

49

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. AÇÃO DE REMOÇÃO DE CURADOR. AUTONOMIA.

1. A remoção de curador é postulada em ação autônoma (CPC, arts. 1195 a 1197), que não guarda relação de acessoriedade com a ação de interdição já finda. A circunstância de o curador nomeado ter domicílio em São Paulo, foro onde se processou a ação de interdição, não afasta a competência territorial do Juízo do Distrito Federal, onde tem domicílio a interditanda e sua mãe, titular do direito de guarda, para a ação de remoção de curador. Princípio do melhor interesse do incapaz.

2. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência do Juízo suscitado. (CC 101401 – SP – 2008/0266015-4 – DJU 23/11/2010). Grifei.

Isto posto, acompanhando o voto ministerial, determino que os autos sejam remetidos ao suscitante competente, para a sua apreciação e decisão.

É como voto.

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo.
Relator

Sms.